



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ACTA NÚMERO 73/XI/2ª

27.Outubro.2010–15h00

Aos 27 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 15h00, reuniu na sala 1 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Educação e Ciência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Comunicações do Presidente

3. Audiência - Federação Nacional de Professores - FENPROF - 15h00

4. Audiência - Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação - CNIPE - 16h00

5. Audiência - Olivar Bendelak responsável por projectos pioneiros de dinamização da participação política utilizando o teatro, no Brasil - 17h30

6. Proposta de Lei n.º 42/XI/2ª - Orçamento do Estado para 2011.

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputada Relatora:** Paula Barros – PS

7. Data da próxima reunião

Dia 09.Novembro.2010 – Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (OE/11)

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

2. Comunicações do Presidente

O Senhor Presidente colocou à consideração dos presentes as datas de 30 de Novembro ou 07 de Dezembro para a realização da Audição Pública *Administração e Gestão Local da Educação – Transferência de competências para os municípios*. Não se tendo registado qualquer objecção em relação às datas apresentadas, foi a mesma agendada para o dia 30 de Novembro, de acordo com a indicação da Deputada relatora.

3. Audiência - Federação Nacional de Professores - FENPROF - 15h00

Estiveram presentes, em representação da FENPROF, os seguintes dirigentes: Mário Nogueira, Anabela Sotaia, Antónia Fialho, António Avelãs e Abel Macedo.

O Secretário-Geral da FENPROF começou por agradecer a celeridade na resposta ao pedido de audiência, justificando-o com a necessidade de apresentação das suas preocupações em relação aos cortes previstos no OE 2011 e em relação ao incumprimento de parte do acordo de princípios sobre o Estatuto da Carreira Docentes, assinado com o Governo, em Janeiro de 2010. Este incumprimento diz respeito à questão da estrutura e desenvolvimento da carreira, ao regime de transição e aos índices, prevendo-se, em relação a estes últimos, uma redução definitiva, sem qualquer negociação prévia com os sindicatos. Assim, considerou que o acordo foi violado em todos os aspectos, com excepção da parte respeitante à avaliação de desempenho.

Lamentou ainda a decisão do Governo de não avançar com o concurso extraordinário de docentes em 2011, um compromisso assumido pelo Ministério da Educação, em 8 de Janeiro, embora não conste do texto do acordo.

A redução do número de docentes em 2010/2011, prevista no OE, constitui para a FENPROF uma medida incompreensível, num momento em que o sistema público de Educação deverá responder ao desafio do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, atingir as metas educativas fixadas até 2015, reduzindo as taxas de abandono e insucesso escolar, universalizar a Educação Pré-Escolar e alargar as oportunidades de qualificação e certificação para jovens e adultos. Assim, considerou que a redução de docentes promoverá a instabilidade do corpo docente das escolas, retirando-lhes horas essenciais para a sua organização pedagógica e reduzindo o investimento e as verbas de funcionamento.

Relativamente à falta de psicólogos, garantiu que, até àquela data, as escolas não foram ainda autorizadas a contratar aqueles profissionais, ao contrário do que foi anunciado na semana anterior pelo Ministério da Educação.

Chamou também a atenção para o facto de os professores que desempenham funções nas escolas TEIP serem pagos pelos fundos comunitários, desconhecendo-se os termos da sua contratação no futuro.

Por último, referiu-se aos cortes nas transferências para as autarquias, que têm cada vez mais responsabilidades em matéria de educação, concluindo que a falta de investimento na educação contribuirá para a diminuição dos níveis de estabilidade e para o aumento da precariedade, com consequências sérias na qualidade do ensino.

Intervieram os Senhores Deputados Michael Seufert (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), José Manuel Pureza (BE), João Prata (PSD) e Bravo Nico (PS), que colocaram questões aos dirigentes da FENPROF e apresentaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares.

Respondendo às questões colocadas, o Senhor Mário Nogueira referiu-se ao concurso de mobilidade, considerando que o mesmo ficará incompleto e provocará desequilíbrios se não for acompanhado da componente de ingresso.

Fez também alusão à falta de técnicos para acompanhamento das crianças com necessidade educativas especiais, recorrendo-se, não raramente, aos assistentes operacionais para colmatar esta lacuna.

Por último, e em síntese, o Secretário-Geral da FENPROF chamou a atenção dos Deputados da Comissão para as consequências negativas dos cortes do OE, no campo da Educação, em especial ao nível do funcionamento das escolas, alertando, para a vaga de instabilidade e precariedade profissional dos educadores e professores.

Os representantes da FENPROF entregaram documentação, que faz parte integrante desta acta.

4. Audiência - Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação - CNIPE - 16h00

Integravam a delegação da CNIPE os seguintes elementos: Maria José Viseu, Joaquim Ribeiro, Homero Nascimento, Rui Martins, Manuel Barata, José Pedro Dias e Carlos Rainho.

A Presidente da CNIPE apresentou as preocupações da Confederação, designadamente em relação aos problemas registados no arranque do ano lectivo, à acção social escolar e à dedução fiscal das despesas da educação.

De entre os problemas assinalados, destacou a criação dos mega-agrupamentos, considerando que criaram instabilidade nas escolas e nas famílias e constrangimentos ao nível dos transportes escolares. Por outro lado, contribuiu para a diminuição da representatividade dos pais e encarregados de educação no Conselho Pedagógico. Chamou ainda a atenção para a falta de segurança nos transportes públicos e para o facto de as crianças vítimas de acidente não poderem ser acompanhadas ao hospital por qualquer professor, o que torna agora a situação mais complexa, uma vez que a maioria dos pais e encarregados de educação se encontram mais afastados da escola.

Chamaram ainda a atenção para o facto de muitas crianças com necessidades educativas especiais não estarem a usufruir das actividades de enriquecimento curricular por falta de acompanhamento.

Alertaram também os Deputados para a discriminação dos alunos que beneficiem de acção social escolar, que não dispõem de todo o material que acompanha os manuais escolares, por não ser considerado prioritário.

Referiram-se ainda à anunciada extinção, no Orçamento do Estado, das áreas curriculares não disciplinares de Estudo Acompanhado e Área de Projecto, desconhecendo se existirá já uma reorganização da carga horária a partir de Janeiro de 2011.

Manifestaram também preocupação em relação aos cortes previstos no OE para as autarquias locais, esperando que não fiquem comprometidas as verbas relativas a transportes, alimentação e complemento de horário, da competência dos municípios.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Alertaram também para as dificuldades com que se debatem muitas famílias e para situações de extrema pobreza, considerando que medidas como a extinção do abono de família em nada contribuem para resolver este problema. Por outro lado, lembraram que algumas escolas não dispõem de cantina, pelo que os alunos não terão acesso à refeição.

Fizeram ainda alusão à falta de professores de enriquecimento curricular e de assistentes operacionais em alguns concelhos do país e referiram-se igualmente à situação de ausências de longa duração dos docentes, que estão a ser resolvidas através do recurso a professores de apoio.

Por último, e referindo-se à lei das confederações nacionais, que prevê a atribuição de verbas por parte do Governo, transmitiram que não receberam até ao momento qualquer comparticipação que a lei determina.

Intervieram os Senhores Deputados Miguel Tiago (PCP), Michael Seufert (CDS-PP), Conceição Casanova (PS) e João Prata (PSD), que colocaram questões e apresentaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares.

Respondendo às questões colocadas, a Presidente da CNIPE referiu-se aos projectos de lei sobre manuais escolares, em apreciação na Comissão de Educação e Ciência, alertando para as dificuldades que os empréstimos poderão causar, no momento de preparação dos testes intermédios, em que os alunos já terão devolvido os manuais.

Manifestaram-se também contra a publicitação de rankings das escolas, por considerarem que não se encontram todas em igualdade de circunstâncias, lembrando que as escolas privadas podem fazer selecção dos seus alunos, pelo que os resultados são obrigatoriamente diversos.

5. Audiência - Olivar Bendelak responsável por projectos pioneiros de dinamização da participação política utilizando o teatro, no Brasil - **17h30**

[Olivar Bendelak](#), engenheiro químico e teatrólogo do Centro de Teatro do Oprimido, apresenta o teatro como instrumento de transformação social. Nessa linha desenvolve acções de Teatro Legislativo, visando resolver problemas dos cidadãos e fazendo com que a política seja mais acessível a estes.

Fazendo o enquadramento da actividade, referiu que a apresentação de iniciativas legislativas por cidadãos exige que as mesmas sejam subscritas por mais de um milhão de eleitores, processo não é fácil e não é muito utilizado. Em contrapartida, “qualquer cidadão pode apresentar sugestões de projectos de lei à [Comissão de Legislação Participativa \(CLP\)](#) por intermédio de Organizações Não Governamentais (ONGs), associações e órgãos de classe, sindicatos, entidades da sociedade civil e órgãos e entidades da administração direta e indireta, desde que tenham participação paritária da sociedade civil, isto é, deve haver representantes da sociedade civil nesses órgãos e entidades. É vedada a iniciativa de organismos internacionais e de partidos políticos”. Neste caso não há número mínimo de assinaturas.

“No [Teatro Legislativo](#) (TL) a atividade política é exercida para transformar em lei a necessidade expressa e debatida de forma lúdica através da cena de Teatro-Fórum”. Para melhor explicação foi deixado um [folheto](#) sobre este tipo de teatro.

Olivar Bendelak informou que neste caso a pessoa ou sector que se sente injustiçado explica o problema, pela forma teatralizada e debate-se com o público, que pode apresentar propostas de solução, visando no final apresentar uma iniciativa para remeter à entidade pública competente para a decisão. Depois deu exemplo de várias iniciativas legislativas desenvolvidas e de casos de teatro forum realizado em prisões, escolas, etc.

Intervieram os deputados Bravo Nico (PS), Amadeu Albergaria (PSD) e José Soeiro (BE), que questionaram qual tem sido a reacção dos políticos a esta participação dos cidadãos, indicaram experiências de teatro de rua e de teatro forum a desenvolver com intervenção das pessoas das comunidades, tendo ainda sido referido que o teatro legislativo trata de problemas concretos e os actuaes não precisam de dominar a linguagem política e podem ajudar a decidir a questão, tendo indicado casos, nomeadamente a nível da violência doméstica.

Olivar Bendelak respondeu às questões colocadas, referindo que muitas vezes os políticos tradicionais não reagem bem a estas propostas, sendo certo que podem ser um risco para eles. Mencionou também que o teatro do oprimido em escolas, prisões e hospitais permite mais diálogo e a alteração dos comportamentos, sendo um facilitador dos mesmos, com as pessoas que têm as questões a desenvolverem o próprio teatro.

Por último referiu que o poder legislativo deve aproximar-se das experiências de teatro legislativo e que sendo o teatro do oprimido uma ferramenta para transformar a sociedade, a participação dos deputados nesse projecto os promove.

6. Proposta de Lei n.º 42/XI/2ª - Orçamento do Estado para 2011.

A Senhora Deputada Paula Barros (PS) apresentou o parecer, tendo o mesmo sido aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP e com a abstenção do PCP, tendo-se registado a ausência do BE e do PEV.

7. Data da próxima reunião

Dia 09.Outubro.2010 – Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (OE/2011)

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

Palácio de São Bento, 27 de Outubro de 2010

O Presidente

Luiz Fagundes Duarte

Acta aprovada na reunião de 09 de Novembro de 2010.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

FOLHA DE PRESENÇAS

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Bravo Nico
Emídio Guerreiro
João Prata
João Sequeira
José Ferreira Gomes
José Manuel Rodrigues
Luiz Fagundes Duarte
Manuel Mota
Manuela de Melo
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nuno Araújo
Paula Barros
Raquel Coelho
Rosalina Martins
Sofia Cabral
Teresa Damásio
Conceição Casa Nova
José Manuel Pureza
José Moura Soeiro
Maria Luísa Santos
Paulo Barradas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Drago
Pedro Rodrigues

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Margarida Almeida
Vânia Jesus